

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> .....	XI
<i>Nota à 3ª edição</i> .....	XIII
<i>Prefácio</i> .....	XV
<i>Agradecimentos</i> .....	XVII
Introdução .....	I
Capítulo I – Democracia e Tutela dos Direitos Transindividuais .....	7
1.1. Estado Democrático de Direito: Conceito, História e Contemporaneidade .....	8
1.2. Estado Democrático de Direito e Sistema Constitucional Brasileiro .....	15
1.3. Implicações do Estado Democrático de Direito .....	18
1.3.1. A dimensão participativa da democracia .....	19
1.3.2. O acesso à justiça de direitos transindividuais .....	27
1.3.2.1. Direito difuso, direito coletivo e direitos individuais homogêneos: especificidades .....	37
1.3.2.2. A possibilidade da solução negociada dos direitos transindividuais .....	44
1.4. Estado Democrático de Direito e Ministério Público .....	57
1.4.1. Ministério Público como protagonista da tutela dos direitos transindividuais .....	62
1.4.1.1. Ministério Público e a tutela judicial dos direitos transindividuais .....	65
1.4.1.2. Atuação extrajudicial do Ministério Público na defesa dos direitos transindividuais .....	73
1.4.1.2.1. Instrumentos de atuação extrajudicial do MP .....	74
1.4.1.2.1.1. Inquérito civil .....	74
1.4.1.2.1.2. Recomendação .....	79
1.4.1.2.1.3. Instrumentos de promoção de políticas públicas .....	81
1.4.1.2.1.4. Atividades de mediação .....	82
1.4.1.2.1.5. Audiência pública .....	83
1.4.1.2.1.6. Termo de Ajustamento de Conduta .....	84
Capítulo II – Do Termo de Ajustamento de Conduta: Estrutura e Princípios .....	85
2.1. Conformação Normativa .....	85
2.2. Limites Conceituais .....	94
2.3. Teleologia do Ajuste de Conduta .....	100
2.3.1. Ajuste de conduta e o princípio do acesso à justiça .....	103
2.3.2. Ajuste de conduta e princípio da tutela preventiva .....	107
2.3.3. Ajuste de conduta e princípio da tutela específica .....	112
2.3.4. Ajustamento de conduta e aplicação negociada da norma jurídica .....	114
2.3.5. Ajustamento de conduta e princípio democrático .....	117
2.4. Natureza Jurídica .....	122
2.5. Legitimidade para Celebração do Termo: Ativa e Passiva .....	139
2.6. Objeto do Termo .....	155
2.7. Forma da Celebração do Ajuste .....	170
2.8. Anulação e Rescisão do Ajuste de Conduta .....	180
2.9. Eficácia do Compromisso .....	184

2.10. Eficácia de Título Executivo Extrajudicial .....	188
2.11. O Tempo e o Ajuste de Conduta .....	192
2.12. Controle da Celebração do Ajustamento de Conduta .....	199
2.13. Implicações Processuais da Celebração do Termo de Ajuste de Conduta Extrajudicial .....	203
2.14. Termo de Ajustamento de Conduta Extrajudicial e Judicial: Semelhanças e Distinções .....	214
Capítulo III – Pesquisa sobre a Celebração de Ajuste de Conduta e Análise Crítica .....	221
3.1. Pesquisa: Justificativa, Metodologia e Abrangência .....	221
3.2. As Peculiaridades do Ministério Público Federal na Defesa dos Direitos Transindividuais .....	223
3.3. Resultado da Pesquisa .....	235
3.3.1. Quantidade dos termos de ajuste de conduta .....	235
3.3.2. Evolução da celebração dos termos .....	238
3.3.3. Matéria dos ajustes de conduta .....	240
3.3.4. Natureza dos direitos envolvidos .....	246
3.3.5. Tipo de celebrante-compromissário .....	247
3.3.6. Precedência de procedimento ou inquérito civil público .....	249
3.3.7. Motivação de instauração do procedimento e participação .....	250
3.3.8. Obrigações constantes das cláusulas dos ajustes de conduta .....	252
3.3.9. Fixação de prazos .....	253
3.3.10. Flexibilidade de condições .....	255
3.3.11. Medidas coercitivas previstas no ajuste .....	256
3.3.12. Intervenção de legitimados .....	257
3.3.13. Forma do Termo de Ajustamento de Conduta .....	258
3.3.14. Publicidade .....	258
3.3.15. Tempo decorrido entre o conhecimento do conflito e a celebração do termo .....	259
3.3.16. Cumprimento do ajuste e fase de fiscalização .....	261
3.3.17. Termos frustrados .....	262
3.3.18. Medidas adotadas para o cumprimento do termo de ajustamento de conduta .....	265
3.3.19. Forma de cumprimento do termo .....	268
3.3.20. Impugnação do Termo de Ajustamento de Conduta .....	268
3.3.21. Controle interno .....	273
3.3.22. Eficácia institucional do compromisso de ajustamento de conduta .....	273
3.4. Consecução dos Fins do Instituto: Ampliação do Acesso à Justiça, Prevenção, Tutela Específica, Frustração e Êxito dos Ajustes .....	276
3.5. Aplicação Negociada da Norma: Adequação das Cláusulas Negociadas, Razoabilidade dos Prazos, Singularidade do Cumprimento do Ajuste .....	277
3.6. Ajuste de Conduta e Democracia: Publicidade, Controle e Participação .....	278
Conclusões .....	281
Anexos .....	283
Anexo I – Ficha de Levantamento de Dados .....	285
Anexo II – Questionário – Eficácia Institucional .....	287
Anexo III – Conclusões da Comissão da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente sobre Compromisso de Ajustamento de Conduta .....	291
Anexo IV – Recomendações .....	297
Anexo V – Modelos .....	299
Bibliografia .....	305